

Prática missionária e resistência cultural

Laís Mourão Sá

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SÁ, LM. Prática missionária e resistência cultural. In: ESTERCI, N., org. *Cooperativismo e coletivização no campo*: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 12-21. ISBN: 978-85-99662-62-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PRÁTICA MISSIONÁRIA E RESISTÊNCIA CULTURAL⁵

Laís Mourão Sá

MISSÃO ONTEM E HOJE

Seguindo a tradição colonizadora ocidental, a Igreja Católica chegou à região da Baixada Maranhense no rastro do explorador branco que a constituiu delegada de seus interesses nas ricas terras a explorar. Alcântara foi a sua sede e núcleo irradiador das cruzadas para conquista das áreas virgens, onde subjugou índios, implantou fazendas e fundou povoados, com suas casas paroquiais, capelas e escolas. Para a sede da vida social aristocrática reservou suas "igrejas suntuosas, procissões pomposas e clérigos eruditíssimos" (Documentos da Missão, 1971-c), enquanto dividia com a classe dominante os frutos da terra conquistada. A expulsão das ordens missionárias sob Pombal, no século XVIII, coincidiu com o início do esvaziamento econômico da região, e muitas das propriedades eclesiais ficaram com o Estado, algumas revertendo mais tarde à Igreja. Durante o tempo em que permaneceram na região, foram os missionários que sustentaram as bases ideológicas das relações sociais necessárias ao bom desempenho da economia agrícola colonial, tratando de legitimar pela religião as normas e valores da classe dominante. Através deles, fixou-se o que hoje é chamado de catolicismo tradicional, com seus rituais da missa, do batismo e as festas aos santos católicos, até hoje tão profundamente enraizados na cultura local a ponto de terem sofrido um processo de apropriação e retradução que determinou o seu distanciamento do sistema de significações da Igreja oficial. Esses rituais passaram a integrar o conjunto de modelos que regem a organização social dos povoados, operando em posições-chaves do sistema. O longo período de ausência de funcionários religiosos católicos na região, após a expulsão dos missionários, certamente contribuiu para a cristalização de tais modelos, em detrimento das transformações e adaptações pelas quais passava a ideologia religiosa oficial.

Em princípios do século XX, chegaram à região os padres italianos, seguidos, na década de 50, pela missão canadense que hoje controla toda a área da prelazia de Pinheiro, abrangendo 12 municípios. Isto significou uma transformação importante no que se refere aos vínculos formais da população local com a sociedade nacional, já que as demais instituições político - jurídico -

⁵ O artigo do qual foi extraída esta análise sobre uma experiência de roça comunitária, e que se intitula *Colonização e resistência cultural (Um estudo sobre a aliança ideológica Igreja-Estado e sua legitimidade simbólica numa sociedade rural)*, se baseia no trabalho realizado por Laís Mourão Sá e uma equipe de pesquisadores em 1972, na região da Baixada Maranhense. Este trabalho foi apresentado ao Programa de Pós - graduação em Antropologia Social, Museu

administrativas não chegavam a penetrar profundamente na vida social dos povoados. Com os princípios assumidos pela Igreja no Concílio Vaticano II, em 1965, a missão se instalou na região para levar a cabo sua tarefa evangelizadora e colaborar na superação do subdesenvolvimento regional. Com tal objetivo, os missionários espalharam-se pelas sedes municipais, tentando penetrar na vida dos povoados, tanto através de suas funções já tradicionais nos rituais da missa e do batismo (embora modificados liturgicamente), como pela proposição de outros tipos de instituições pelos quais pretendem transformar o quadro sócio-econômico da região: instituições *de educação* ("ensino acadêmico"), *de formação social* ("grupos não-acadêmicos que formam a pessoa humana com a finalidade de promover o desenvolvimento sócio-econômico na perspectiva do bem comum"), instituições *de pastoral* ("toda obra diretamente eclesial, de apostolado, catequese e liturgia"), e as *de assistência* ("atendimento direto das necessidades de saúde").

Num outro nível, o das comunidades camponesas propriamente ditas, a ação da Igreja consiste basicamente numa proposição modernizadora, tanto da liturgia, nos rituais da *missa* e do *batismo*, quanto de outros modelos não estritamente religiosos, o que se dá pela introdução da *Legião de Maria e da roça comunitária*.

O objeto deste trabalho está circunscrito à atuação da Igreja hoje na região e o que pretende é discutir a *roça comunitária* como um dos novos modelos de ação social que a Igreja tenta impor à população local e as conseqüências de seu impacto do ponto de vista desta sociedade. Este impacto aciona necessariamente os mecanismos integradores existentes na cultura local que, diante de um confronto, entram em processo de rearticulação. As áreas da vida social em que isso ocorre são, basicamente, as relações de produção e os modelos de cooperação e solidariedade. Trata-se, assim, de analisar o encontro entre dois sistemas distintos, o da cultura local e o do missionário no âmbito desta atuação específica.

PROMOÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é um dos traços característicos da nova ideologia missionária. Ele se coloca dentro da categoria "promoção humana" que, além do seu aspecto estritamente religioso, abrange as tentativas de superação do subdesenvolvimento econômico das populações marginais à sociedade capitalista ocidental. Ao introduzir o sistema da roça comunitária, a Igreja funciona como um elemento modernizador, veículo da lógica capitalista de mercado, com impactos sobre a economia local. Essa atuação é também sustentada ideologicamente pelos valores de "unidade", "fraternidade", "ajuda mútua", pelos quais a missão define seus objetivos em relação

à população. Ela parte da observação de que existem formas de cooperação na comunidade camponesa e tenta canalizá-las para um tipo de produção que modernize a economia local. Foi a forma de cooperação do *mutirão* que serviu de pista para a missão na proposição da roça comunitária, pretendendo-se que esta seria uma forma análoga, porém mais desenvolvida, daquela. Este fato, no entanto, pode servir de pista, por sua vez, para uma análise dos conteúdos ideológicos das proposições da missão: eles revelam uma apreensão da comunidade local como um aglomerado indistinto de relações desprovidas de unicidade, exigindo uma intervenção externa para organizá-las e dinamizá-las. É nesse sentido que o missionário tentará constituir, nos povoados, grupos de trabalho na roça, fornecendo novos elementos ao nível dos fatores de produção: mecanização, orientação especializada (agrônomos) e sementes selecionadas. O objetivo é diversificar a produção, introduzindo-se produtos destinados ao mercado.

Para se compreender a fundo o que significa a introdução de elementos da lógica econômica capitalista na economia camponesa é preciso uma análise exaustiva da racionalidade econômica camponesa e de suas estruturas econômicas. Este objeto, no entanto, ultrapassa os limites que nos propusemos neste trabalho, razão pela qual apresentaremos apenas em linhas muito gerais a especificidade da economia camponesa e as conseqüências da introdução da roça comunitária.

A REPRESENTAÇÃO DA PRÁTICA ECONÔMICA CAMPONESA E A ROÇA COMUNITÁRIA

O camponês define a sua prática econômica individual (isto é, a da sua família nuclear), antes de tudo, por um modelo ideal de autonomia e auto-suficiência que, no entanto e significativamente, só aparece no discurso quando se trata de avaliar as circunstâncias que permanentemente impedem a realização perfeita deste modelo ideal. Assim, o trabalho na roça se define simultaneamente pela valorização de uma independência que se realiza apesar de todas as dificuldades e pela própria precariedade das relações com a natureza que obrigam a estabelecer relações cooperativas extra familiares.

Sofrendo, mas com honra. (*O trabalho da roça é*) de honra porque é demorado, porque... no verão é pra cortar mato, pra tocar fogo. Agora é o tempo da planta, choveu, é pra planta. Só a gente largando esse serviço lá, sem ter o que trazer, não acha? Se tá ganhando, mas não sabe, porque agora tá se plantando e agora para o outro verão, pra saber se deu o milho, se deu o arroz, se deu a mandioca. Lá já tem uma porção de serviço, não tem? E sem o camarada ter o que trazer de lá. E de tarde sem ter direito de pagamento, porque quem que vai pagar a gente pra trabalhar no serviço da gente? Ninguém. Sem adjutório. É a gente trabalhar com honra mesmo."

"No tempo da gente plantar, capinar, essas coisas, sempre a gente faz assim: hoje nós vamos trabalhar com fulano, que nós vamos muito ... Então é gente muito, é capaz de vencer mais fácil. Assim nós vamos trocando um com o outro. Sempre

nós vamos um grupo pra roça ... Se fica só, dá pra gente esmorecer porque o mato cresce e fica muito sujo.. . Então a gente é obrigado a ir na troca.

As duas categorias, *auto-suficiência/interdependência*, apesar de formuladas por oposição, articulam-se logicamente através do conceito de *precisão* que sintetiza todas as explicações para a quebra do modelo ideal de autonomia. Ideologicamente, a *precisão* se expressa como uma exigência que compele os indivíduos a travar relações de dependência, a pedir e dar ajuda. É o que leva à *troca-de-dia*, à venda de bens que seriam de subsistência, a colher a mandioca antes do tempo, a ir à "casa alheia" pedir alguma coisa. As situações de ajuda mútua, apesar de codificadas formalmente pelos sistemas de parentesco, compadrio, vizinhança, explicitam-se no discurso como não ideais e como conseqüências de uma situação de precariedade. Porém, quando não se trata mais de definir a prática econômica, mas de explicitar regras morais de comportamento, a generosidade e a gratuidade surgem como elementos altamente valorizados.

Ainda quanto ao modelo ideal de auto-suficiência familiar, é interessante notar que também ao nível do consumo surge a formulação de que os produtos da roça não devem ser vendidos. Assim, a mandioca e o milho, numa situação ideal, deveriam servir apenas para o consumo da família e da criação, e esta última, sim, poderia ser vendida. Mais uma vez, é a circunstância da *precisão* que vai romper o modelo, obrigando à venda ou troca desses produtos.

Portanto, as duas categorias *auto-suficiência/interdependência* se opõem e se complementam para fornecer o modelo consciente do camponês sobre sua prática econômica.

Ainda no nível ideológico, mas agora tomando os discursos sobre a roça comunitária, pode-se observar de que modo as duas categorias básicas são manipuladas para dar conta de um confronto com elementos externos à prática econômica camponesa. Neste caso, a relação de oposição entre as duas categorias ganhará maior ênfase, surgindo cada uma separadamente, segundo o contexto do discurso. A negativa de participar da roça comunitária pode justificar-se pela maior importância que se dá ao trabalho autônomo da família, que controla o produto de seu trabalho e não submete suas decisões econômicas a nenhuma instância superior.

Pra mim eu não acho bom. Porque o dia do chefe dizer vai, tem uns que não vão. Coisa de meia nunca presta, nem pros pé da gente. A gente pensa que tá bom, tá rasgado. Eu quero fazer a minha, porque é minha só. O dia que eu quiser eu vou, o dia que eu quiser tirar minha espiga de milho, eu tiro, não tem de dizer "não vai tirar que não é teu". Se eu quiser arrancar meu pé de mandioca pra dar pro meu porquinho, é meu.

Mode isso que eu vou fazer a minha. Eu vou a hora que eu quero, venho a hora que eu quero, não sou cativado de ninguém. A minha é minha.

Por outro lado, quando se trata de avaliar o princípio da generosidade e da união (que a ideologia missionária coloca na base das relações da roça comunitária), utiliza-se a categoria da *interdependência* para ratificar o princípio, mas negar sua forma na roça comunitária, em oposição

às formas culturais locais de exercer o mesmo princípio.

Eu não posso dizer que não goste de trabalhar junto. Não sou egoísta.
O motivo por que eu quero trabalhar só pra mim, mais Deus e Nossa Senhora e quem me ajudar e merecer também. Porque a gente nunca deixa de dar.

FORMAS DE COOPERAÇÃO:

TRABALHO NA ROÇA E ATIVIDADES COMUNITÁRIAS

Na sociedade camponesa, as relações de parentesco assumem em diversos níveis uma importância fundamental. No caso do sistema econômico, são as relações de parentesco que sustentam as relações de produção permitindo os arranjos básicos necessários às exigências da produção. O econômico, aí, surge como um aspecto interno ao funcionamento de outras estruturas não-econômicas, sendo estas que determinam a organização da produção. Assim, a família nuclear, unidade doméstica típica da sociedade camponesa em questão e grupo fundamental determinado pelo parentesco, é simultaneamente a unidade de produção ao nível econômico. No entanto, as exigências da produção determinam, por outro lado, a introdução de formas de cooperação com base em relações fora da família nuclear, passando a integrar também relações de parentesco mais amplas (a parentela, relações diádicas entre parentes próximos)-, e outros dois sistemas de relações paralelos ao do parentesco: o do compadrio e o da vizinhança. São estes três sistemas (parentesco, compadrio, vizinhança) que determinam as relações em todas as áreas da vida social camponesa. Assim laços extraeconômicos unem previamente os produtores em unidades de produção e é através deles que se dá a relação com os meios de produção. Esse tipo de articulação entre os sistemas na sociedade camponesa marca uma de suas diferenças fundamentais em relação ao modo de produção capitalista, onde o econômico ganha uma autonomia própria em relação aos demais sistemas. Os produtores se reúnem numa unidade de produção (a empresa capitalista) a partir de vínculos puramente econômicos, sendo a força de trabalho mercadoria comprada-alugada no mercado. São as próprias relações econômicas que determinam o acesso dos indivíduos à posse ou propriedade dos meios de produção.

A família camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e unidade de consumo: na *roça familiar* se realiza a sua produção econômica que deve atender às necessidades de consumo da *casa*. Enquanto unidade de produção, ela detém a propriedade dos fatores de produção (terra, instrumentos e trabalho); a divisão de trabalho, determinada pelo parentesco, segue os critérios do sexo e da idade; o trabalho familiar é complementado por um sistema de cooperação mais amplo, o da *troca-de-dia*, cujas relações se regulam pelo parentesco, compadrio e vizinhança. A produção voltada para o consumo (reprodução simples) e não para o lucro, implica uma hierarquia de bens, de

acordo com as necessidades de produção e reprodução da unidade doméstica. Mesmo quando entra no sistema de mercado capitalista, a lógica que informa as decisões do camponês é a que determina o seu próprio sistema econômico (voltado para o consumo) e não a do lucro capitalista.

Na unidade doméstica, o sistema de parentesco codifica as relações de trabalho, compondo um sistema hierárquico autônomo cujo foco de autoridade está na decisão do chefe de família para o controle do processo produtivo, a apropriação e o uso do produto. É o chefe de família que decide sobre o trabalho de cada membro; é ele quem decide sobre a redistribuição do produto, feita apenas no momento do consumo (na *casa*) e de acordo com as necessidades reprodutivas da unidade doméstica. Quanto ao tipo de cálculo econômico, o custo do produto da unidade doméstica não contém o cálculo do trabalho de cada membro da família, já que ele resulta de uma auto-exploração de sua força de trabalho. Para esse cálculo, o "dia de trabalho" é um elemento secundário, que só aparece na medida em que a força de trabalho familiar exige complementação de trabalho externo, em certas etapas do processo produtivo (preparação do terreno e colheita), onde ocorre a *troca-de-dia* ou o *alugado*.

As formas de cooperação no trabalho se distinguem radicalmente de outros tipos de ajuda mútua ou solidariedade. Para o camponês, existe uma diferença radical entre o contexto do *trabalho* e o do *não-trabalho*, ou seja, entre atividade da *roça* (âmbito da unidade doméstica como unidade de produção, onde as relações se determinam pelo parentesco, compadrio, vizinhança), e as demais atividades grupais ou comunitárias. No primeiro contexto, surgem três modalidades distintas de trabalho:

__*trabalho familiar*: é o trabalho não remunerado da unidade doméstica, realizado segundo uma *relação grupal* regulamentada pelo parentesco e cujo produto é apropriado coletivamente *a longo prazo* (ao fim do processo produtivo).

__*troca recíproca de trabalho*: é o trabalho da *troca-de-dia*, pago também em trabalho por um princípio de reciprocidade equilibrada, realizado segundo uma *relação diádica entre dois grupos familiares distintos*, regulamentada pelo parentesco, compadrio e vizinhança e cujo produto (a contraprestação em trabalho) é apropriado *a médio ou curto prazo* (dentro do mesmo processo produtivo, segundo as etapas que exigem esse sistema).

__*venda de trabalho*: é o trabalho *alugado*, remunerado monetariamente segundo seu valor no mercado capitalista (cálculo do dia de trabalho pelo salário mínimo regional), realizado segundo uma *relação diádica mercantil*, isto é, regulada basicamente por relações econômicas (segundo a oferta e procura de mão-de-obra), e cujo produto (a diária em dinheiro) é apropriado *imediatamente*.

É importante ainda notar que, dentro do contexto *trabalho*, distinguem-se as modalidades troca recíproca e venda de trabalho, segundo sua relação com o processo produtivo da unidade doméstica. Assim, a *troca-de-dia* é uma exigência do processo de produção familiar, nas etapas que exigem força de trabalho adicional. Todos os membros da família podem trocar dia, sempre para

atender às necessidades da família e não as individuais: o filho pode pagar o dia de trabalho que outro homem deu na roça de seu pai, e também a mulher pode fazê-lo, de acordo com as etapas que exigem mais as suas tarefas específicas, segundo a divisão de trabalho por sexos. Indiretamente, a troca-de-dia visa o fornecimento à família dos bens considerados prioritários (os que são supridos pelo trabalho familiar). O trabalho *alugado* é uma modalidade secundária em relação à troca-de-dia. Um indivíduo só trabalha como alugado depois de atendidas as exigências de trabalho da sua unidade doméstica. Geralmente quem se aluga são os mais jovens, os que desempenham papéis de filhos na unidade doméstica. Sendo o trabalho alugado sempre pago em dinheiro, este se destina ao atendimento das necessidades não-prioritárias da família, ou seja, à aquisição de bens individuais secundários (roupas, festas etc.). Assim, o *alugado* funciona num ciclo paralelo ao da unidade doméstica, mantendo com esta uma relação de oposição ao nível da produção e uma relação de complementaridade ao nível da renda.

Dentro do contexto de *não-trabalho*, incluem-se as atividades do *mutirão* (geralmente para construção de casas) e o *adjunto* (limpeza de caminhos e outros serviços necessários à conservação do sítio, isto é, dos bens comunitários). Elas ocorrem sempre aos fins de semana, ou em dias e horários não dedicados regularmente ao trabalho na roça. São atividades grupais, com a participação de um grande número de pessoas, independentemente de seus laços de parentesco, compadrio ou vizinhança. O que as une em tais atividades é, antes de tudo, o seu pertencimento à comunidade, ao povoado como uma unidade afetiva (o que, em última análise, nos remeteria novamente ao parentesco, em seu nível ideológico mais genérico). Essas atividades assumem um caráter festivo, tendo na cachaça e na comida os elementos da contraprestação.

Ocorre, no entanto, um tipo de cooperação que rompe aparentemente com esse quadro. Chamaremos a esta modalidade de cooperação *mutirão da roça*, já que não existe um termo local para designá-la. Um *mutirão da roça* é, à primeira vista, uma contradição, pois confunde os contextos de trabalho e não trabalho que distinguimos acima. São várias roças num mesmo cercado, com trabalho coletivo para as etapas de desmatamento, corte, queima e cercamento, ficando depois cada unidade doméstica com seu pedaço de roça individual. Para resolver a contradição, é preciso observar que:

- as etapas em que se dá o trabalho coletivo são aquelas em que o processo de produção exige da unidade doméstica a complementação de sua força de trabalho, pela troca-de-dia;

- o grupo que se reúne não é do mesmo tipo do grupo do *mutirão*, cujos princípios de relação são dados pelo pertencimento à comunidade como um todo. As relações aqui se regulam pelos sistemas do parentesco, compadrio, vizinhança, que determinam a escolha dos participantes. Além disso, o número de participantes é determinado pelo tipo de tarefa (força de trabalho necessária às

diversas etapas da produção), o que não ocorre no *mutirão*.

Pode-se dizer, portanto, que *o mutirão da roça* é uma forma de cooperação enquadrada nas exigências do contexto de *trabalho e*, como tal, repete as regras da cooperação por troca-de-dia. Cada unidade doméstica paga a outra de uma só vez, em relações diádicas simultâneas. Compreende-se, assim, que não exista um termo local para designar esse tipo de cooperação, já que ele não se distingue estruturalmente dos tipos de cooperação no contexto de trabalho (trabalho familiar e troca-de-dia), mas, ao contrário, é apenas uma forma diversa de realizá-los.

A ROÇA COMUNITÁRIA E A INTRODUÇÃO DA LÓGICA MERCANTIL CAPITALISTA

Não pretendemos classificar a roça comunitária como um fato econômico tipicamente capitalista, mas sim apontar os níveis em que nela aparece a lógica da economia mercantil capitalista (talvez se pudesse considerá-la uma forma de transição entre os dois modos de produção), e as modalidades de retradução para a lógica econômica local.

Como é próprio ao modo de produção capitalista, a roça comunitária tende a autonomizar a esfera do econômico, reunindo os produtores numa unidade de produção por laços puramente econômicos, desvinculando-se esta unidade da unidade de consumo. Se a unidade de consumo continua sendo a família, a de produção se desvincula formalmente dela. Os indivíduos reunidos na roça comunitária não o fazem por serem parentes, compadres ou vizinhos, mas porque se propõem a realizar uma tarefa proposta por um agente externo à comunidade (e aqui o padre é mais do que nunca o patrão) e que os atenderá em alguns fins econômicos.

Enquanto na unidade doméstica o número de pessoas da família determina as exigências da produção, na roça comunitária a relação se inverte, e são as exigências da produção (comunitária e para mercado) que determinam o número de pessoas necessário.

Por outro lado, os sistemas do parentesco, compadrio e vizinhança não atuam como definidores das relações de trabalho, porque na roça comunitária os indivíduos não se relacionam por modelos diádicos, mas enquanto grupo. Mesmo que a tendência seja a de juntar parentes, compadres e vizinhos para compor o grupo, esses sistemas não se adequam à regulamentação de relações corporativas.⁶

Quanto aos fatores de produção, se a terra e o trabalho continuam como propriedade dos agricultores, uma parte dos instrumentos (mecanização) e do conhecimento técnico chega até eles

⁶ Evidentemente trata-se da função desses sistemas na sociedade em questão, o que não exclui a sua função como reguladores de grupos corporativos noutras sociedades. O único grupo corporado existente localmente é a família nuclear, regulada pelo parentesco.

através do padre, ao qual ficam devendo às vezes a parte que se refere às sementes e às máquinas. Ao nível das relações de produção, estabelece-se uma hierarquia entre os trabalhadores, determinada pelo vínculo externo que a instituição mantém com a missão. Assim, o catequista (ou quem o substitua, indicado pelo padre) atua como uma espécie de gerente ou administrador, tanto na supervisão do trabalho, quanto na mediação com a autoridade externa (missionário): o sistema hierárquico fica composto pelos elementos padre-administrador-grupo. Portanto, se por um lado as relações de trabalho devem ser puramente econômicas, por outro elas acabam determinadas por um sistema extra-econômico, mas também extra povoado: o seu vínculo com o sistema de poder dominante que o padre representa.

O administrador controla também a contabilidade do empreendimento, calculando o trabalho investido por cada participante e a sua cota do produto final. As formas de cálculo econômico, apropriação e uso do produto da roça comunitária se opõem radicalmente às formas locais. Comparando-a com a roça familiar, embora em ambas ocorra uma redistribuição ao término do processo produtivo, os critérios divergem inteiramente. Na roça comunitária este critério é o do *dia de trabalho*, agora não mais como elemento secundário do cálculo econômico (como aparece no *alugado* da unidade doméstica de produção), mas como elemento permanente de aferição do esforço dispendido por cada membro.

O sistema da roça comunitária impõe um conceito de trabalho que une elementos da prática econômica de um modo contraditório em relação ao sistema local:

- é um trabalho remunerado monetariamente segundo o cálculo econômico capitalista (calculado pelo valor dos produtos no mercado regional), cujo produto é apropriado individualmente a longo prazo (a divisão final do lucro obtido, segundo a participação de cada membro, avaliada em dias de trabalho prestados durante o processo produtivo);

- é um trabalho que se realiza dentro de uma relação grupal com base em papéis estritamente econômicos.

Esses dois termos da definição de *trabalho comunitário* unem elementos do *trabalho familiar* com elementos do *trabalho alugado*, sem se situar plenamente dentro de nenhum dos dois, numa combinatória com poucas possibilidades de viabilidade real. O primeiro termo junta elementos do trabalho familiar (apropriação a longo prazo) com elementos do trabalho alugado (remuneração monetária); sendo que o tipo de apropriação que se dá no trabalho familiar é coletivo e não individual. No segundo termo, temos um elemento do trabalho familiar (relação grupal) unido a outro do trabalho alugado (papéis estritamente econômicos). Portanto a proposição de um tipo de trabalho remunerado monetariamente ao fim do processo produtivo, numa relação grupal econômica deve soar como uma grande contradição na cultura local. Talvez se possa afirmar que a

sua continuidade se mantenha (temporariamente) devido ao sistema de poder extra comunitário (padre) que sustenta a instituição.

Mesmo que a roça comunitária não fosse um veículo de elementos da lógica capitalista, seria preciso ver até que ponto é possível introduzir-se uma forma de cooperação que a cultura local reserva aos contextos de *não-trabalho* (atividades comunitárias onde as relações restritas de parentesco, compadrio e vizinhança se diluem), num contexto que ela atribui às suas atividades de *trabalho*, isto é, nas atividades econômicas por excelência (a roça).

Existe porém um nível em que o modelo de relações de trabalho da roça comunitária vai cruzar-se com o modelo próprio à unidade doméstica de produção, numa espécie de apropriação e retradução onde o camponês vai fazer valer a sua própria lógica econômica, em detrimento da lógica capitalista que estaria informando o modelo proposto pela missão. Assim, apesar da roça comunitária colocar as relações de trabalho como dadas entre agentes econômicos individuais, na prática cada participante se coloca enquanto representante de uma unidade doméstica e, como tal, pode substituir-se por qualquer outro membro de sua unidade na prestação dos dias de trabalho exigidos. E, ainda, um camponês de situação econômica melhor poderá pagar um alugado para representá-lo na roça comunitária, recebendo do produto final a parte correspondente a este trabalho. Nesse sentido é que a roça comunitária surge como uma forma da acumulação de capital. Isto também pode ocorrer para o conjunto dos membros do grupo, quando, diante da dificuldade de acumulação através dos produtos agrícolas obtidos (pelas condições precárias em que entram na concorrência de mercado), o produto da venda é usado para compra de animais que ficarão sob a responsabilidade do administrador do grupo até que sua reprodução seja suficiente para uma divisão mais vantajosa entre os participantes.

BIBLIOGRAFIA

GARCIA, A. e HEREDIA, B. *Trabalho familiar e campesinato*, Museu Nacional, Rio. 1973

GODELIER, M. *Racionalidade e irracionalidade na economia*, Tempo Brasileiro, Rio. 1971

PRADO, R. *Parentesco e compadrio: análise da estrutura social do caboclo maranhense*, Museu Nacional, Rio. 1972

Documentos da missão. Boletim Pastoral, n° 1. Prelazia de Pinheiro, Maranhão. 1971